DISPUTA ECONÔMICA

> APEC XI MUNDOCMC

DIRETORES

IAN LUCCA BASTOS MACHADO JUAN PABLO GAIO CUBILLA LORENZO FRÖHLICH FILIPPIN

CONTEÚDOS

- 1. CARTA DOS DIRETORES AOS DELEGADOS
- 2. INTRODUÇÃO
- 3. A COOPERAÇÃO ECONÔMICA DA ÁSIA E DO PACÍFICO
- 4. HISTÓRICO
- 5. GEOGRAFIA
- 6. ECONOMIA
- 7. DIPLOMACIA E MILITARISMO
- 8. SITUAÇÃO ATUAL
- 9. QUESTÕES A PONDERAR
- 10. REPRESENTAÇÕES

1. CARTA DOS DIRETORES AOS DELEGADOS

1.1. Ian Lucca Bastos Machado

Opa! Meu nome é Ian, atualmente sou aluno do terceiro ano do Colégio Militar do Rio de Janeiro, e fico extremamente feliz em saber que serei diretor dos senhores delegados neste belíssimo comitê! Já sou um delegado relativamente experiente (sendo um grande fã de gabinetes de guerra), entretanto essa é a minha segunda vez sendo diretor, e estou honrado em participar da XI MundoCMC, guiando vocês ao longo do evento e fazendo meu melhor para que vocês tenham a melhor experiência possível!

1.2. Juan Pablo Gaio Cubilla

Olá, senhores delegados! Meu nome é Juan Pablo, sou ex-aluno do CMC, formado em 2022, e atualmente estou no 30 semestre do curso de Ciências Econômicas na FAE Centro Universitário, uma faculdade privada daqui de Curitiba. Devo dizer que é uma grande honra e oportunidade ser um dos diretores do comitê econômico da XI MundoCMC, tendo em vista que a minha 10 simulação foi na MundoCMC. Já simulei diversas vezes e encontrei o meu lugar nos comitês econômicos. Gosto bastante de simular e estudar história (minha matéria preferida), economia, relações internacionais e tenho um certo interesse pelo direito. Aguardo ansiosamente para conhecê-los no dia da simulação e espero que todos nós tenhamos uma excelente e inesquecível experiência no evento!

1.3. Lorenzo Fröhlich Filippin

Prazer, delegados! Me chamo Lorenzo, mas podem chamar de Lo, Lore, Lolo, Loló, Lolis... Hoje eu estudo Economia na USP, estou no 50 semestre (30 ano), e apesar de estar aposentado de simulações há um tempo, desde que me formei no CMC em 2021, venho ajudando com os comitês econômicos da nossa Mundo! Sempre gostei muito de simular e de economia; em 2020, juntei as duas coisas e criei a EconoMUN (hoje Fundação Econo!). De resto, estudo programação e me envolvo em projetos aleatórios da faculdade, e no tempo livre eu dou rolês, jogo videogame, leio (gosto de filosofia, ficção medieval e divulgação científica), e penso na vida. Espero que vocês aproveitem e aprendam muito no comitê!

2. INTRODUÇÃO

Este guia foi escrito para tornar claro e objetivo o entendimento inicial do comitê e dos aspectos que rodeiam sua temática, tendo em vista que os senhores delegados podem utilizar de outras fontes de pesquisa para estudar suas respectivas representações e a problemática do comitê. Antes de tudo, é importante lembrar que este é um comitê econômico, que, embora trate tangencialmente de assuntos militares, deve ter seus debates concentrados nos temas econômicos e prezar pela cooperação e diálogo diplomático como maneiras de encontrar uma solução pacífica ao problema do comitê.

Para isso, espera-se a utilização de documentos de trabalho e uma proposta de resolução final, incluindo a criação de acordos bilaterais e multilaterais ao longo das sessões. Abre-se ainda a oportunidade dos senhores consultarem seus respectivos países (no caso, pedir aos diretores) a respeito de dados e permissões ao longo das sessões, caso seja necessário.

Tendo dito isso, o presente guia consiste, inicialmente, na apresentação da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico, elucidando os motivos que levaram a sua criação e os países membros da organização (tópico 3).

Em seguida, o tópico 4 aborda o histórico da disputa territorial no Mar do Sul da China, envolvendo não somente as reivindicações da República Popular da China, mas também de outros países da região. Os tópicos 5, 6 e 7 tratam das negociações internacionais envolvidas na disputa territorial, os poderes e alianças militares mais relevantes e o uso de fatores geográficos e econômicos como estratégias político-militares. Posteriormente, o tópico 8 aborda a situação atual na região, o 9 aborda as questões que os senhores delegados devem ponderar no comitê e as recomendações de fontes de pesquisa e, por fim, o tópico 10 apresenta a política externa e as representações em relação ao tema.

Dessa forma, todos os tópicos do guia garantem aos senhores delegados um conhecimento considerável sobre as reivindicações territoriais existentes no Mar do Sul da China, tanto no passado quanto nos dias atuais, e traz assuntos de vital importância para um debate rico em informações.

3. A COOPERAÇÃO ECONÔMICA DA ÁSIA E DO PACÍFICO

Com o intuito de estabelecer maior cooperação entre as economias da região Ásia-Pacífico, assegurar prosperidade, harmonia econômica e práticas sustentáveis de comércio, foi criada a APEC.

A APEC é um fórum de discussão econômica regional entre 21 economias, com sua criação sendo fruto principalmente da cooperação entre o Japão, por meio de seu Ministério de Economia, Comércio e Indústria, e Austrália, com esforços vindo principalmente do então primeiro-ministro Robert Hawk, e o departamento de Relações Exteriores e Comércio, com seu presidente Richard Woolcott, sendo o departamento responsável por iniciar as denominadas "Missões Woolcott", que tinham como objetivo escanear a região para saber se a ideia seria bem aceita por parte de possíveis membros.



Disponível em:

 $\underline{https://www.apec.org/images/default-source/ministerial-statements/annual/1989_amm.tmb-w780.jpg?sfvrsn=bc}\\ \underline{0d40b5_1}$

A Organização Inter-governamental teve sua primeira reunião em 1989, na cidade de Camberra, capital australiana, onde se reuniram os fundadores e primeiros 12 membros da organização: Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Indonésia, Japão, Coreia, Malásia, Nova Zelândia, as Filipinas, Tailândia e os Estados Unidos. A primeira reunião foi somente a nível ministerial, sem contar com a presença de qualquer chefe de estado.

Em 1991, A República Popular da China, Hong Kong (então colônia britânica), e Taiwan (designada como Taipé Chinese dentro do fórum). Em 1993, México e Papua Nova Guiné entram na APEC, no ano seguinte, 1994, o Chile é o mais novo participante, e em 1998 o Peru, Rússia, e Vietnã adentram o bloco, sendo os membros mais recentes, estando o bloco hoje em dia com 21 economias-membro.

A instituição conta com economias que, somadas, compõem mais da metade do PIB (Produto Interno Bruto) global, com pouco menos de 3 bilhões de pessoas sendo habitantes de membros do fórum, além de quase metade de todo o comércio global.

4. HISTÓRICO

4.1. Importância Histórica

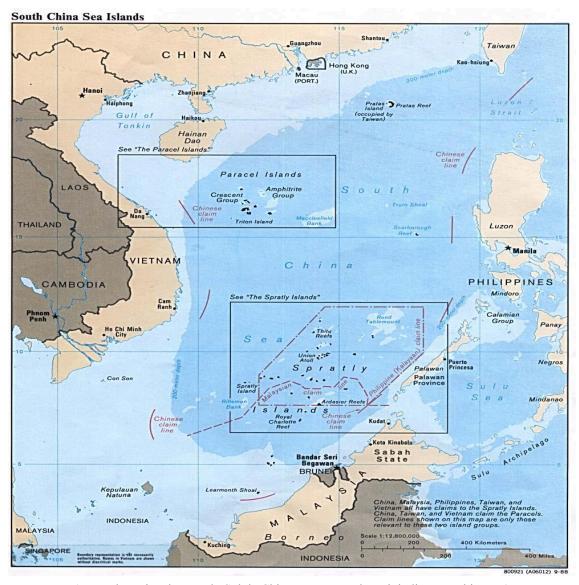
O Mar do Sul da China é uma região cujo comércio sempre foi parte de sua história, com no período da história do Japão conhecido como era Edo (quando o Japão era dominado pelo clã Tokugawa), que foi de 1603 até 1868, quando o Japão ativamente fazia comércio pelo Mar do Sul da China, principalmente com o Vietnã, e de forma limitada com poderes Europeus, especialmente com a Companhia das Índias Orientais Holandesa.

4.2. Incidentes

Desde o início do século ocorrem incidentes na região, como no dia 1 de abril de 2001, em que um avião Lockheed EP-3 Orion dos EUA sobrevoava a região quando foi interceptado por dois caças chineses, eventualmente colidindo com um deles. O incidente resultou em uma crise diplomática entre os Estados Unidos e a China que foi rapidamente resolvida, porém, marcou o início das tensões na região para o século XXI. Em 2005, 9 (nove) pessoas morreram quando navios chineses atiraram contra embarcações pesqueiras vietnamitas, cujos chineses afirmaram ser piratas.

Estes incidentes demonstram que as tensões na região são constantes, e geralmente ocorrem com envolvimento da República Popular da China. Entretanto, já houveram incidentes que não envolveram a superpotência, caso de Taiwan, em 2021, realizando um exercício militar na região do Arquipélago de Spratly, tendo o Vietnã como suposto inimigo, o que gerou uma onda de protestos no Vietnã.

4.3. Histórico das Reivindicações



(Mapa da região do Mar do Sul da China que consta das reivindicações chinesas.)

As reivindicações chinesas se iniciaram antes do fim da guerra civil chinesa, sendo que em 1947, o governo nacionalista (que ainda controlava terras no continente naquele momento) reivindicava o Mar do Sul da China com um mapa que possuia 11 linhas, linhas estas que demarcavam território marítimo que o governo nacionalista reinvidicava. Com a vitória

contra os nacionalistas por parte da República Popular da China de Mao Tsé-Tung e o Partido Comunista Chinês na guerra civil, foi decidido adotar o mapa de 11 linhas, com a quantidade de linhas sendo reduzida para 9, tendo em vista alterações feitas pelo regime comunista, que removeram as reivindicações na baía de Tonkin.

4.3.1. Ilhas Paracel

As Ilhas Paracel são um conjunto de ilhas localizadas próximo ao Vietnã e à China, sendo um dos principais pontos de tensão do conflito. Antigamente faziam parte da França como colônias, e foram ocupadas durante a Segunda Guerra pelo Império Japonês. Em 1974, as ilhas foram ocupadas pela República Popular da China à força

4.3.2. Ilhas Spratly

As ilhas Spratly são um caso similar às Paracel, sendo elas também colônias francesas e logo em seguida ocupadas pelo Japão durante a Segunda Guerra. As Spratly, ao contrário das Paracel, possuem diversos países em sua região, sendo que após a Segunda Guerra Mundial, Taiwan ocupou a maior ilha da região: Itu Aba, que a mantém até hoje. O Vietnã também ocupou ilhas no arquipélago que reivindicava, a Malásia e as Filipinas também fizeram o mesmo, com a presença chinesa somente ocorrendo em 1988, quando tomou o Recife de Johnson do Sul que era até então ocupado pelo Vietnã.

4.3.3. Ilhas Senkaku/Diaoyu

As Ilhas Senkaku são ilhas que, de acordo com registros históricos, foram utilizadas como pontos de referência na navegação marítima da região por parte de navios chineses durante a Dinastia Ming. Em 1985, o Japão anexou, ao fim da primeira guerra sino-japonesa. Em 1945, os Estados Unidos as ocuparam devido ao fim da Segunda Gguerra Mundial e a derrota japonesa, com somente em 1972 as ilhas voltando a ser possessões do Japão. Tanto a China quanto Taiwan reivindicam soberania sobre essas ilhas.

5. GEOGRAFIA

5.1. Introdução

Apesar do comitê ser principalmente econômico, entender a geografia do local é imprescindível para uma compreensão ampla dos problemas da região. Isso, pois, a geografia

define restrições prévias à atividade humana ali presente. A formação física e geológica é estática, invariável, enquanto a infraestrutura humana como cidades e portos, tal como as fronteiras políticas internacionais, variam muito lentamente com o tempo. A primeira, mais em função de atividade econômica livre e/ou regulada, enquanto a segunda, mais em função de realizações políticas e militares. A atividade econômica de curto prazo, portanto, está limitada às questões geográficas, físicas, de infraestrutura, e geopolíticas - e entender essas limitações é o objetivo deste capítulo.



(Disponível em: https://www.nationsonline.org/oneworld/map_of_southeast_asia)

O Mar do Sul da China ocupa os holofotes da mídia devido à sua centralidade em questões mundiais atuais, mas os entornos não devem ser ignorados. Assim, toda a macrorregião do Sudeste Asiático será o objeto de análise deste capítulo e dos próximos. Recheado de ilhas e porções de terras íngremes, é o mar que ganha protagonismo, tornando-se uma das ou a maior

fonte de sustento das populações que aí vivem e palco predominante de comércio nacional e internacional. Conhecer as rotas comerciais marítimas será o ponto de partida para conhecer as limitações geográficas e principais pontos de interesse da região. Por fim, será dada uma breve exposição dos recursos naturais mais relevantes para as economias locais.

5.2. Rotas Marítimas e Pontos de Interesse

Jean-Paul Rodrigue, especialista em Geografia de Transportes, define 8 princípios fundamentais do campo de estudo¹, dois quais destacamos 3:

- 1. O transporte é a ligação espacial de uma demanda derivada.
- **3.** O espaço é ao mesmo tempo gerador, suporte e restrição da mobilidade.
- **5.** Um local pode ser central, onde gera e atrai tráfego, ou um elemento intermediário por onde o tráfego transita.

Perceba como esses princípios podem explicar o mapa abaixo:

¹ Os outros princípios são:

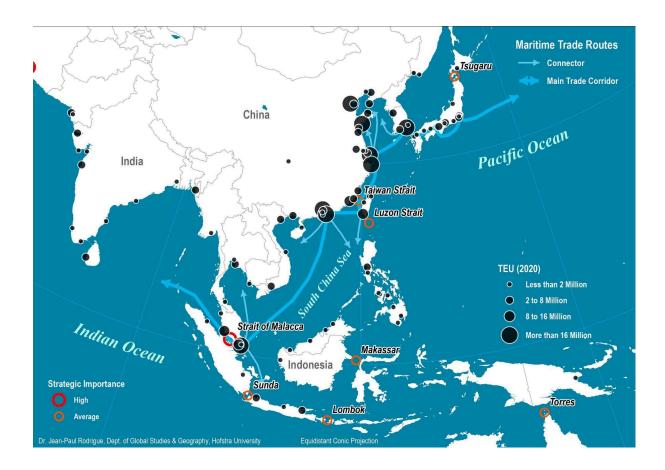
^{2.} Distância é um conceito relativo que envolve espaço, tempo e esforço.

^{4.} A relação entre espaço e tempo pode convergir ou divergir.

^{6.} Para superar a geografia, o transporte deve consumir/ usar espaço.

^{7.} O transporte busca a massificação, mas é limitado pela atomização.

^{8.} A velocidade é um esforço modal, intermodal e gerencial.



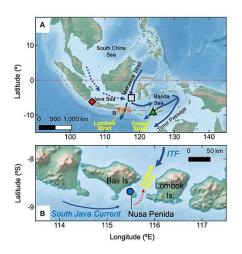
5.2.1. Portos

As rotas de navegação marítima são criadas a partir de uma demanda, principalmente comercial, conectando portos, que são pontos de concentração de atividade econômica local. Dessa forma, todo porto representa um ponto de interesse, pois é o ponto de partida e chegada de navios exportadores e importadores. Nove dos 10 maiores portos mundiais estão no sudeste asiático; desses nove, 7 são chineses. (https://www.worldshipping.org/top-50-ports). Isso cria uma intensa atividade econômica entre esses portos, mas também mostra a relevância da região para toda economia mundial. Assim, há intenso comércio para mais ao oeste do globo, envolvendo o Oriente Médio, África e Europa, como também ao leste para as Américas, pelo pacífico.

5.2.2. Estreitos

Ao mesmo tempo, procura-se otimizar a navegação, traçando rotas mais curtas ou menos custosas, como um todo. Nesse sentido, as rotas para o Oeste são bastante limitadas, com o arquipélago da Indonésia formando uma barreira natural para a locomoção. Isso traz outros pontos de interesse: os diferentes Estreitos. O principal é o Estreito de Malacca, entre a Indonésia e a Malásia, rota mais segura e com maior fluxo comercial; próximo ao Porto de

Singapura, segundo maior do mundo. Os outros estreitos da Indonésia, nos quais são capazes de passar navios de maior carga, são os de Sunda e Lombok; as 3 são as principais e praticamente únicas passagens para o Oceano Índico. Mais ao norte, estão os Estreitos de Tawian e Luson, localizados entre China e Tawain e entre Tawian e as Filipinas, respectivamente. Isso tudo torna o Mar do Sul da China um ponto central, mas cercado de ilhas e passagens marítimas estreitas.

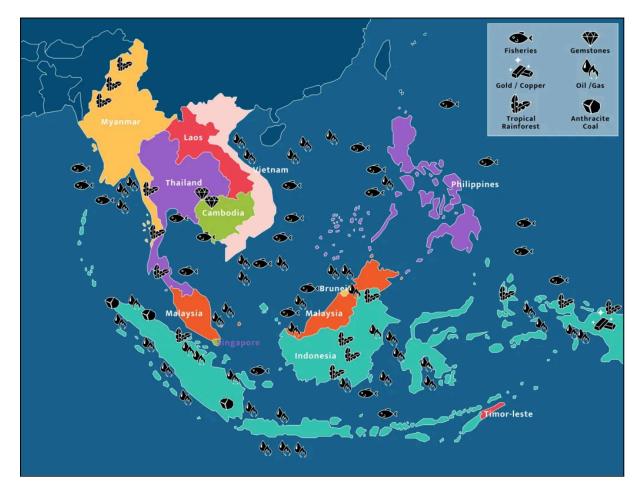




5.2.3. Paracel Islands e Spratly Islands

Os Arquipélagos de Paracel e Spratly compõem um ponto de interesse com importância única e maior complexidade, alvos de disputas territoriais. Acredita-se que há algumas reservas de petróleo e gás natural, além de ser local adequado para pesca; ainda, apresenta vantagem militar e comercial por estar posicionado próximo a vários países e às rotas comerciais muito utilizadas no Mar do Sul da China.

5.3. Recursos Naturais



(Disponível em:

 $\frac{\text{https://investsea.org/natural-resources/\#:}\sim:\text{text=Natural}\%20 Resources\%20 in\%20 Southeast\%20 Asia, copra\%20 and\%20 other\%20 coconut\%20 products)}{\text{text=Natural}\%20 Resources\%20 in\%20 Southeast\%20 Asia, copra\%20 and\%20 other\%20 coconut\%20 products)}$

Os principais recursos naturais encontrados no Sudeste Asiático e no Mar do Sul da China são (1) reservas de petróleo e gás natural, e (2) peixes e frutos do mar. Ainda, (3) recursos vegetais típicos dos biomas locais e (4) extrativismo mineral também configuram as commodities que os países têm acesso. É importante notar que cada país, de acordo com suas características próprias, como localização geral, relevo, fronteiras, extensão litorânea, entre outros, terá diferentes condições de acesso a esses recursos naturais.²

6. ECONOMIA

6.1. Introdução

² Veja mais em: https://asean2023.id/en/news/leading-resources-of-asean-member-countries)

Vários economistas listam alguns princípios centrais de economia, bem estabelecidos na comunidade acadêmica e importantes de se levar em conta nas práticas empresariais, bancárias ou políticas. Aqui estão 5 desses princípios, escritos como base para este capítulo do guia:

- Pessoas fazem escolhas (enfrentam trade-offs). Isso porque os recursos são escassos, limitados - incluindo tempo e espaço, por exemplo. Fazer uma ação quase sempre significa que se está abrindo mão de algo.
- Custo de oportunidade: o custo de algo é aquilo de que você abre mão. Ao fazer uma escolha, não se está apenas ganhando tudo da escolha feita, mas deixando de ganhar aquilo que não foi escolhido.
- 3. **Pessoas respondem a incentivos**. Incentivos são tudo aquilo que afetam as escolhas das pessoas, como um bônus, assim como impostos funcionam como desincentivo.
- 4. **As consequências das escolhas aparecem no longo-prazo**. Isso significa que as escolhas devem ser feitas com base não apenas no custo de oportunidade presente e no efeito imediato, mas nas possibilidades de consequências no futuro.
- 5. As regras do jogo: sistemas jurídicos e econômicos determinam os incentivos e, consequentemente, as escolhas dos indivíduos. Mudar as regras mudam o comportamento dos produtores e consumidores.

Esses princípios compõem bem a ideia de que indivíduos fazem escolhas considerando os possíveis ganhos, custos e consequências de longo-prazo, em uma estrutura pré-determinada mas que se modifica com o tempo. No caso deste guia, é equivalente dizer que, no lugar de indivíduos, temos países e suas representações diplomáticas, buscando a melhor maneira de atingir determinados objetivos, considerando os custos e benefícios, de curto e longo prazo.

Dessa forma, este capítulo diferencia-se do anterior ao mudar o ponto de vista - antes, toda região era objeto de análise - pedaços de terra e mar, divisões físicas e geopolíticas, espaços ocupados, a existência do comércio - com o leitor ocupando o espaço de espectador externo. Agora, o ponto de vista são os diferentes agentes econômicos, já alocados fisicamente e participantes de uma dinâmica que envolve, além dos aspectos materiais como o comércio e capacidade militar, aspectos analíticos, agentes tomadores de decisão em um campo de regras e incentivos.

Pensar nisso tudo deve fornecer perguntas mais fundamentais para se fazer ao longo do capítulo, no qual serão explicados alguns conceitos adicionais, que vão aumentar a

capacidade de raciocínio crítico e o leque de argumentos ao evidenciar pontos importantes quanto à tal "estrutura pré-determinada", ou status-quo da situação político-econômica dos países, a maneira como os países interagem e porquê, bem como possíveis consequências relevantes dessas situações.

6.2. Vantagens Comparativas

O conceito de vantagens comparativas foi introduzido por David Ricardo, um dos principais e mais antigos economistas da história.

Ele se diferencia das **vantagens absolutas** ao levar em conta os custos de produção, a produção de diferentes bens e o comércio internacional. Isso significa que um país, mesmo possuindo todos os recursos naturais possíveis e tendo a capacidade de extraí-los, pode optar por extrair mais de uns que de outros, pois são os que este país tem mais abundância **em comparação aos outros**, trocando estes pelos outros (que os outros tem mais abundância relativa) no comércio internacional. Ou seja, por mais que um país seja muito maior que outros em vários ou todos os aspectos, é possível e benéfico para todos que este não produza tudo independentemente, mas produza mais os produtos dos quais ele tem uma vantagem comparativa e comercialize-os internacionalmente.

Vale notar que, enquanto a disponibilidade de certos recursos naturais ou indústrias e serviços possam valer como vantagem comparativa, a falta de outros cria, de certa forma, uma relação de **dependência** para com certos produtos e países, supridos pelo comércio internacional. Nesse sentido, há de se destacar o petróleo e alimentos do mar: produtos essenciais para qualquer economia, estar do lado da oferta pode representar uma vantagem comparativa forte em relação a outros países.

6.3. Indústrias e Economias de Escala

A noção de Economias de Escala vem da ideia de que, quanto maior uma indústria, menor o custo **por produto**, e portanto, mais barato ele fica. Ou seja, indústrias maiores produzem mais barato, vendem mais barato e vencem a competição no mercado - e isso também vale para o mercado internacional.

A consequência é que muitos países operam no mercado internacional com uma quantidade relativamente pequena de empresas, mas muito grandes e muitas vezes sob um Conglomerado (Holding, Group), empresa central dona de empresas menores de diferentes

setores, as Subsidiárias - como a BDMS Group, DKSH Holding, e a mais conhecida Samsung, por exemplo. Isso pode ser entendido, ainda, como um tipo de vantagem comparativa - apesar de possíveis discussões³.

6.4. Livre-comércio e Protecionismo

A presença de intenso fluxo de comércio no Sudeste Asiático se deve à presença de grandes economias mundiais, como a China, Japão e os Tigres Asiáticos, por exemplo. Ainda, a atomização dos espaços ocupados (devido principalmente à irregularidade do relevo), direciona as menores economias à entrarem no comércio internacional.

A forma como esses países operam no comércio internacional depende, além da própria saúde econômica dos países, das leis que regulamentam essa atividade. Em geral, os incentivos ou restrições de exportações e importações vem das leis dos próprios países, mas nessa região costumam ser pouco restritivos. Alguns órgãos internacionais, como a própria APEC, funcionam com algum tipo de regulamentação, mas ela representa muito mais um espaço de cooperação e coordenação para desenvolvimento econômico, sustentável, entre outros, fornecendo diretrizes e incentivos para determinadas ações⁴. Nesse sentido, os governos costumam intervir como algum tipo de direcionador ou propulsor da economia, com investimentos em setores ou empresas específicas, por exemplo.

Ainda, é importante entender que cada Estado tem seus próprios ideais políticos de acordo com seus governos e suas próprias diretrizes econômicas, que moldam leis mais específicas relacionadas à questões orçamentárias e comerciais.

6.5. Teoria dos Jogos

Sem usar detalhes matemáticos e teóricos, pode-se extrair do campo de estudos da Teoria dos Jogos uma noção importante: todos os agentes econômicos são jogadores, tomando suas decisões ao mesmo tempo de outros agentes, e suas consequências também dependem do que outros agentes escolhem "jogar". Nos jogos seguintes, os outros jogadores vão se adaptar à sua ação. Em suma, é pensar no longo-prazo como uma cadeia de ações e consequências de ações próprias e dos outros.

³ Leia mais em: https://www.bain.com/insights/southeast-asia-conglomerates-fail-to-keep-pace-with-pure-plays/

⁴ Leia mais em: https://www.apec.org/groups/economic-committee/competition-policy-and-law-group e https://www.apec.org/groups/committee-on-trade-and-investment/market-access-group.

Para a realidade do comitê, em termos econômicos, isso significa que determinada ação econômica ou militar terá, além das consequências previstas, reações de outros agentes que podem ser imprevistas. Em geral, mantém-se um equilíbrio cooperativo quanto ao livre-comércio na região, mas as tensões militares locais levam esse tipo de raciocínio às possíveis ações a serem mais realistas e estratégicas na tomada de decisões.

Antes de um "jogo", há de se considerar ainda (1) as informações disponíveis, que podem influenciar a expectativa de resultados; e (2) sinalizações, que funcionam como liberar uma informação para outros jogadores antes de realizar uma ação ou outra.

6.6. Balança Comercial e Reservas Cambiais

Ao modelar políticas econômicas nacionais e internacionais, governos lidam com algumas restrições monetárias e fiscais. Uma delas, e possivelmente a mais importante para este comitê, é a chamada reserva cambial, que é a quantidade de moedas internacionais que tal país tem - geralmente usando o dólar como principal moeda e referência para outros valores.

As reservas cambiais variam conforme o valor somado de exportações e importações, pois são negociadas em moedas internacionais - se um país importar muito mais que exporta, ele vai pagar muito em dólar e receber pouco em dólar (ou outra moeda de referência, como o Euro ou commodities como o Ouro), e sua reserva ficará menor.

O perigo acontece quando as reservas se esvaziam - agentes econômicos e governos ficam endividados e incapazes de pagar sua dívida, tendo geralmente de tomar empréstimos do FMI (como ocorreu com a Argentina mais recentemente). Por isso, governos devem se preocupar com a dívida pública externa, e buscar o equilíbrio no Balanço Comercial - onde são contabilizados as Exportações e Importações.

Por outro lado, ter grandes reservas internacionais representam um grande escudo para o país, pois em caso de desaceleração econômica e desvalorização da moeda própria, queda nas exportações ou queda dos investimentos externos, o país tem reservas "de sobra" para tomar novas dívidas ou empréstimos sem correr risco. No caso dos países da APEC, por terem características de economias mais exportadoras, a maioria costuma ter reservas positivas e pagar suas dívidas externas em dia.

6.7. Dados e Estatísticas Econômicas

O site Trading Economics (https://tradingeconomics.com) possui diversos indicadores

econômicos relevantes, especialmente em Trade (Comércio). Atenção especial para: Reservas

Cambiais (Foreign Exchange Reserves), Balanço Comercial (Balance of Trade), Conta

Corrente (Current Account), Conta Corrente / PIB (Current Account to GDP) e Taxa de

Câmbio (Currencies). Vale notar que a Conta Corrente é equivalente à variação anual nas

Reservas Cambiais, sendo um indicador de mais curto-prazo e sensível a movimentos

cíclicos.

A World Trade Organization (WTO) realiza um anuário com estestísticas interessantes sobre

o comércio internacional: https://www.wto.org/english/res e/booksp e/wtsr 2023 e.pdf.

A empresa de consultoria McKinsey&Company tem uma análise completa com dados e

interpretações sobre as economias do sudeste asiático:

https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-asia/southeast-asia-quarterly-economi

c-review.

7. DIPLOMACIA E MILITARISMO

7.1. **UNCLOS e o Direito Marítimo**

Um dos conceitos mais importantes que se deve ter em mente nesta questão, é o de direito

marítimo. E neste âmbito, existe convenção das naçõe Unidas sobre o Direito do Mar (United

Nations Convention on the Law of the Sea ou UNCLOS) é uma convenção internacional que

tem com objetivo padronizar e regulamentar as áreas territoriais marítimas e zonas de

exploração econômica, além de definir legalmente diversas normas em relação à navegação

marítima internacional.

A UNCLOS foi utilizada pelas Filipinas contra a China em 2013 com a abertura de um

processo legal por meio da Corte Permanente de Arbitragem. A China não participou do

processo, mesmo sendo país-membro dos acordos da organização. O caso foi dado em favor

das Filipinas, sendo exemplo da utilização do direito internacional para a resolução de litígios

territoriais.

7.2. **Estreitos e Canais: Chokepoints**

Existem diversas localidades marítimas ao redor do mundo que podem ser consideradas de extrema importância, dentre elas, por exemplo, o canal de Suez (Egito) e o Estreito de Ormuz (Golfo Persa), com o Suez tendo aproximadamente 12% de todo o comércio global passando pelas suas águas, e Ormuz sendo o principal lugar por onde passam a grande maioria das exportações petrolíferas dos países do Golfo Pérsico, com mais de 20% de todo o petróleo consumido mundialmente passando por lá.

Estes locais são estreitos e possuem altíssima densidade de carga, com o comprometimento do fluxo de cargas nesses locais resultando em disrupções massivas em toda a cadeia produtiva global. A importância desses pontos e a sua relativa "facilidade" em fechar e/ou comprometer o fluxo de carga neles, os faz ser considerados "chokepoints" (livremente traduzido do inglês: "pontos de enforcamento". Choke = Enforcar / Points= Pontos). Comparando ao corpo humano, um chokepoint seria comparável ao pescoço, que possui diversos componentes essenciais para a manutenção do corpo, principalmente o cérebro.

O estreito de Malaca é o principal chokepoint da região do Mar do Sul da China, mesmo com o fluxo comercial podendo ser facilmente desviado para os estreitos de Sunda e Lombok, estes desvios trariam enormes prejuízos para a economia global devido ao aumento do tempo de deslocamento e custos.

7.3. Sanções, Embargos e Economia

Uma das formas de afetar uma nação negativamente é com a imposição de sanções econômicas, com elas podendo ser direcionadas ao estado, a certos indivíduos ou grupos de indivíduos. Geralmente sanções são aplicadas como forma de coerção para que um ator geopolítico mude de atitude em relação a certos assuntos, como por exemplo: direitos humanos. Um embargo é um tipo de sanção econômica, que se caracteriza pela total paralisação do comércio entre dois países, sendo considerada extrema, sendo muitas vezes adotada contra estados que são dominados por organizações terroristas ou que apoiam os mesmos.

7.4. Poder Militar

A República Popular da China possuiu, por quantidade de navios, a maior marinha do mundo, possuindo mais de 370 navios, contando com três porta-aviões. Somadas, as aviações da força aérea e marinha chinesa compõem a maior força aérea da região, sendo uma força capaz e moderna, possuindo modelos domésticos de aviões com alta capacidade tecnológica.

Além disso, a Guarda Costeira Chinesa, que frequentemente é vista na região do mar do Sul da China, sendo muitas vezes preferida para incursões na região, devido ao fato do órgão ter um caráter mais civil do que militar, o que não aumenta tanto as tensões.

8. SITUAÇÃO ATUAL

8.1 A Importância da Região

O mar do Sul da China representa um dos locais mais importantes estrategicamente no mundo, com mais da metade de todo o comércio global passando por lá, tendo em 2016, mais de 40% de todo o comércio, e mais de 70% de todas as importações do gigante econômico chinês passando pela região, com mais da metade de todo o comércio das Filipinas, Brunei, Indonésia, Vietnã, Cingapura e Malásia passando pelo local. Isso demonstra que a região possui extrema importância no cenário internacional, e que o comprometimento do fluxo comercial neste local seria um enorme prejuízo para a economia global.

8.2. Disputas a serem resolvidas

Vale destacar que, em geral, os conflitos atuais são uma continuidade dos conflitos históricos destacados anteriormente no Guia. Você pode acompanhar o desenvolvimento e escalada de questões mais recentes na seguinte página:

(https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea).

8.2.1. Ilhas Spratly e Paracel

As Ilhas Paracel atualmente se encontram sob total controle da República Popular Chinesa, estando assim desde 1974. O Arquipélago de Spratly é ocupado por 6 nações diferentes: China, Taiwan, Vietnã, Malásia, Brunei e Filipinas, sendo um dos maiores pontos de tensão da região.

8.2.2. Incursões nas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs)

Devem ser discutidas as incursões nas zonas econômicas exclusivas que ocorrem por parte das nações da região, com violações das zonas estabelecidas pela UNCLOS tendo de ser levada a sério pelo comitê.

9. QUESTÕES A PONDERAR

Depois de entender os principais eixos de raciocínio - geográfico, econômico e diplomático-militar - e conhecer o problema atual, é preciso agregar esses conhecimentos e aplicar. O ponto de partida deve ser a sua própria representação, entender seu posicionamento perante o conflito atual e então considerar todos os aspectos relacionados descritos no Guia. Considere as seguintes perguntas:

- Quais são os recursos naturais que seu país possui ou tem acesso? Quais são suas vantagens comparativas no comércio internacional?
- Que indústrias ele tem desenvolvido? Quais são os interesses de ampliação econômica do país?
- Que políticas internacionais econômicas e militares seu país vem realizando nos últimos anos? Quais seus interesses, e seus custos e benefícios?
- Quais são as rotas marítimas que ele usa e tem à disposição? Como isso atrapalha e/ou beneficia o país?

Essas são apenas algumas de muitas perguntas possíveis para basear o estudo individual e respondê-las. É importante lembrar que o presente conflito baseia-se, principalmente, em motivações econômicas, enquanto o meio diplomático e militar também toma decisões baseadas em tal.

Depois de entender como a própria representação está posicionada no conflito e no comércio internacional como um todo, é importante conhecer um pouco os outros países que estão no caso - as mesmas perguntas são cabíveis, de forma que pode-se procurar entender que tipo de estratégia cada delegação tomará, adquirindo uma vantagem em possíveis conflitos, negociações, ou contratos de cooperação mútua.

Para se destacar, é inevitável ter de conhecer detalhes e especificidades - leis e regulamentações, valores contábeis de países e empresas, informações de estruturas geológicas, índices econômicos, entre outros.

9.1. Fontes de pesquisa

Uma grande dificuldade pode ser saber o que pesquisar depois de ter lido o Guia. Como saber o que preciso, sem me aprofundar tanto em detalhes e otimizando meu tempo de estudo? Fizemos uma breve lista de indicações de fontes de pesquisa:

- Wikipédia é um bom lugar para começar⁵; as referências no final da página são as fontes do artigo e costumam ter artigos acadêmicos/científicos, documentos oficiais recentes, documentos históricos, entre outros.
- Encyclopedia Britannica é a enciclopédia mais antiga do mundo, pertencente à instituição de mesmo nome fonte introdutória confiável.
 (https://www.britannica.com/topic/territorial-disputes-in-the-South-China-Sea).
- Council on Foreign Relations é uma instituição com muitos artigos, notícias, relatórios, entre outros: (https://www.cfr.org). A página "Global Conflict Tracker" evidencia as notícias mais recentes e acompanha em tempo real os conflitos mundiais, veja a das disputas territoriais em:
 https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-se
 <a href="https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/conflict-tracker/
- Sites oficiais de órgãos internacionais e dos governos de cada país podem ter artigos e documentos interessantes, como: (https://www.oecd-ilibrary.org/development/economic-outlook-for-southeast-asia-chin a-and-india/volume-2024/issue-1_3bbe7dfe-en).
- Mapas em tempo real, como: (https://www.marinetraffic.com/en/ais/home/).

Alguns documentos específicos foram usados para basear a escrita do Guia, e trazem uma análise ampla de várias questões abordadas conjuntamente. São esses:

- Links para dados e estatísticas econômicas no final do capítulo 7 do Guia.
- "Quanto comércio transita pelo Mar do Sul da China?": https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/.
- "Como a economia impulsiona as reivindicações da China no Mar do Sul da China" (Showdown in the Spratleys: How Economics Drives China's Claims in the South China Sea):

https://sites.lsa.umich.edu/mje/2024/01/31/showdown-in-the-spratleys-how-economic s-drives-chinas-claims-in-the-south-china-sea/.

⁵ Os artigos da Wikipedia não são citáveis pois são modificados em tempo real (citações devem ter, além de todos os autores/contribuidores, data de publicação), mas possui forte moderação e as fontes citadas são verificadas e confiáveis.

- "Pensando como um pirata: contestando os chokepoints do Sudeste Asiático": https://cimsec.org/thinking-like-a-pirate-contesting-southeast-asias-chokepoints/.
- Chokepoints: Maritime Economic Concerns in Southeast Asia (John H. Noer with David Gregory) | (PDF)
- Defining and quantifying China's ocean economy (Rui Zhao, Stephen Hynes, Guang Shun He) | (PDF)

10. REPRESENTAÇÕES

Canadá

O Canadá tem sua política externa centrada no multilateralismo, isto é, preza pelo diálogo diplomático e pela cooperação internacional como formas pacíficas de resolução de problemas e conflitos, porém, alinha-se com o posicionamento estadunidense quanto às atitudes de Pequim no Mar do Sul da China. Nesse sentido, o governo canadense acredita que a estabilidade na região do Indo-Pacífico é fundamental para a segurança mundial, ao passo que a competição pelo poder e expansão territorial aprofundam as tensões entre os Estados.

Ressalta-se ainda a importância e as oportunidades que o dinamismo econômico e o crescimento populacional da região geram à economia canadense. Atualmente, o Indo-Pacífico é o segundo maior mercado regional de exportação do Canadá e 5 de seus 12 principais parceiros comerciais encontram-se no entorno do Mar do Sul da China, sendo eles a República Popular da China, Japão, Coreia do Sul, Vietnã e Taiwan.

Portanto, o posicionamento do Canadá quanto à problemática do comitê consiste em um equilíbrio geopolítico entre o alinhamento com os Estados Unidos, tendo em vista os riscos que uma escalada nas tensões possa gerar na região e o avanço chinês na hegemonia mundial, ao mesmo tempo que defende o interesse do governo em manter relações amigáveis com as demais nações, principalmente do ponto de vista econômico.

Comunidade da Austrália

No dado contexto geopolítico, a Comunidade da Austrália expressa preocupações sobre a expansão territorial chinesa no Mar do Sul da China, especialmente quanto à presença militar da China na região, como a construção de ilhas artificiais para uso militar, por exemplo. Nesse sentido, ao lado de outras nações do Sudeste Asiático, a Austrália reivindica o direito à navegação internacional pelo mar, uma das hidrovias mais estratégicas do mundo, tanto pelo comércio quanto pelos recursos.

Reitera-se que a Austrália integra a aliança militar Aukus, criada em 2021 para conter o avanço chinês. Logo, percebe-se o alinhamento do país aos Estados Unidos quanto à problemática do comitê, em virtude dos interesses econômicos de ambos e a preocupação da crescente influência da China na região. Dessa forma, o posicionamento da Comunidade da Austrália consiste na construção do diálogo e preza pela resolução cooperativa entre as partes, além de considerar a economia australiana como um fator de peso nas negociações.

Estado de Brunei Darussalam

O Estado de Brunei Darussalam é uma das nações situadas no Mar do Sul da China, porém, não possui fronteira marítima direta nem reivindicações territoriais com a superpotência chinesa. Historicamente, ambos os países foram bastante próximos na troca cultural, contudo, as relações esfriaram durante o período em que Brunei foi um protetorado britânico e pela sensibilidade da população em relação à etnia chinesa.

Após reconquistar sua independência, Brunei iniciou gradualmente uma aproximação diplomática com a China, principalmente na cooperação econômica. Dessa forma, o país é integrante da iniciativa Cinturão e Rota, da qual espera atrair grandes volumes de investimento estrangeiro em diversos setores da economia, movimentar o comércio e promover o intercâmbio cultural.

Portanto, a política externa de Brunei orienta-se pela manutenção de relações amigáveis entre as nações e o respeito mútuo da independência, soberania, igualdade e integridade territorial. Além disso, o posicionamento de Brunei quanto à problemática do comitê leva em consideração o desejo do governo em sustentar o desenvolvimento econômico do país e da região, utilizando-se de acordos internacionais e bilaterais para tal objetivo.

Estado do Japão

Embora não seja parte da disputa fronteiriça do Mar do Sul da China, o Estado do Japão observa a militarização da região como uma ameaça direta à segurança do tráfego marítimo internacional, considerado extremamente importante para a economia japonesa, além de colocar em risco a liberdade de navegação na área. Ademais, o país acredita que as atitudes chinesas violam a ordem do direito internacional e podem escalonar para um conflito bélico. O Japão mantém ainda suas próprias disputas territoriais com a China, especificamente em torno das ilhas Senkaku e Diaoyu.

Dessa forma, o posicionamento japonês consiste no esforço diplomático para evitar o aumento das tensões e na estreita colaboração com outros países que compartilham preocupações semelhantes à política de Pequim. Destaca-se ainda o alinhamento geopolítico com os Estados Unidos e a presença militar estadunidense na região, contudo, Tóquio preza em primeiro lugar por uma resolução pacífica.

Estado Independente de Papua Nova-Guiné

Localizado próximo ao Pacífico e longe do Mar do Sul da China, o Estado Independente de Papua Nova Guiné posiciona-se de maneira favorável à China em sua disputa territorial, sendo que líderes do país afirmaram, em várias ocasiões, respeitar a legitimidade das reivindicações chinesas na região, porém, sob a defesa de uma resolução pacífica.

Além disso, do ponto de vista econômico, o país é um dos principais parceiros comerciais da iniciativa Cinturão e Rota no Indo-Pacífico, o que proporciona uma posição influente para as nações próximas. Ao mesmo tempo, o governo tenta manter boas relações com os Estados Unidos e fortalecer os laços de cooperação em defesa entre os dois países.

Portanto, o posicionamento de Papua Nova-Guiné consiste em um equilíbrio geopolítico, ou seja, respeitar a soberania chinesa sobre o Mar do Sul da China, enquanto busca defender os interesses nacionais sem comprometer sua relação estratégica com os norte-americanos.

Estados Unidos da América

Como a maior superpotência mundial e nação aliada de vários países do comitê, os Estados Unidos da América adotam um forte posicionamento contra a expansão territorial chinesa no Mar do Sul da China e enfatizam a importância da liberdade à navegação regional, defesa de resoluções pacíficas e o respeito ao direito internacional, especialmente à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), embora os EUA não sejam signatários deste documento.

Nesse sentido, a política externa estadunidense não reconhece como legítimas as reivindicações chinesas na região, com a marinha dos Estados Unidos realizando todos os anos operações de liberdade de navegação (FONOPs) no Mar do Sul da China, navegando perto das ilhas e recifes disputadas para afirmar que essas áreas são águas internacionais. Ademais, o governo norte-americano apoia os países do Sudeste Asiático, como as Filipinas e o Vietnã, para conter a crescente influência da China no Indo-Pacífico.

Portanto, o posicionamento dos Estados Unidos da América consiste na defesa inviolável do direito internacional, respeitando a resolução pacífica de disputas territoriais e a estabilidade regional. A nação busca ainda construir mais pontes de comércio na região, incluindo o fortalecimento da suas alianças com o Japão e a Austrália, e a formação de novas parcerias militares com países em posições estratégicas.

Estados Unidos Mexicanos

Em virtude de sua localização distante do Mar do Sul da China, os Estados Unidos Mexicanos adotam uma postura cautelosa e neutra em relação à expansão territorial chinesa na região. O país busca equilibrar boas relações com a China, um potencial parceiro comercial para a economia mexicana, enquanto mantém, historicamente, fortes laços econômicos, diplomáticos e de segurança com os Estados Unidos. Portanto, o posicionamento dos Estados Unidos Mexicanos consiste nos princípios de não intervenção, autodeterminação dos povos e resolução pacífica de conflitos, evitando ainda tomar um lado na problemática do comitê para não prejudicar suas relações com as duas superpotências.

Federação da Malásia

A Federação da Malásia tem rejeitado veemente as reivindicações unilaterais da China pela soberania do Mar do Sul da China, especialmente pelos territórios marítimos dos estados malaios de Sabah e Sarawak. O Primeiro-Ministro Anwar Ibrahim declarou que a Malásia não reconhece as reivindicações e que as atitudes chinesas dificultam a resolução da problemática. Apesar das tensões, o país tem a China como o seu maior parceiro comercial desde 2009 e é um dos integrantes da iniciativa Cinturão e Rota.

Dessa forma, a política externa malaia busca manter boas relações diplomáticas com a China, tendo em vista os seus benefícios econômicos, enquanto objetiva a defesa de sua integridade territorial e dos interesses nacionais pela exploração de petróleo e gás natural nas áreas disputadas pela superpotência chinesa. Além disso, a Malásia preza pela negociação e cooperação internacional para manter a estabilidade regional.

Federação Russa

A Federação Russa mantém uma relação estratégica com a China, a partir da crescente cooperação econômica, política e militar entre os dois países, especialmente após o início da guerra na Ucrânia e o estabelecimento das duras sanções à economia russa. A política externa russa defende a resolução pacífica das disputas com base no diálogo entre as partes e do direito internacional, porém, tende a apoiar implicitamente a política de Pequim pela soberania chinesa das águas do Mar do Sul da China. Dessa forma, a Rússia enfatiza a necessidade de acordos bilaterais entre os países diretamente envolvidos na problemática, opondo-se a intervenções externas. Além disso, o governo russo busca equilibrar suas alianças entre a China e os demais países da região do Indo-Pacífico, a exemplo do Vietnã, com quem possui fortes laços históricos e uma importante cooperação militar.

Hong Kong

Hong Kong, como uma das duas regiões administrativas especiais da China, tem seu posicionamento oficial alinhado à política de Pequim pela reivindicação de soberania sobre o Mar do Sul da China. De forma geral, as autoridades de Hong Kong apoiam as decisões do

governo central, mas prezam pela resolução pacífica da problemática do comitê e possuem ainda objetivos de ampliar suas alianças internacionais.

Nova Zelândia

A Nova Zelândia compartilha das preocupações de outros países do comitê, especialmente a Austrália e os Estados Unidos, seus aliados mais tradicionais, com relação às ações chinesas no Mar do Sul da China, como a militarização das ilhas artificiais e a invasão da zona econômica exclusiva de alguns países da região. Enquanto defende a manutenção de boas relações diplomáticas e econômicas com a superpotência asiática, a política externa neozelandesa enfatiza a importância do direito à livre navegação e sobrevoo, respeito ao direito internacional, cooperação multilateral e promoção da estabilidade regional.

Reino da Tailândia

Historicamente com uma postura de neutralidade, o Reino da Tailândia evita se envolver diretamente nas disputas territoriais do Mar do Sul da China, com o governo defendendo a importância dos esforços multilaterais e da confiança mútua como maneiras de resolver a problemática do comitê pacificamente. O país é integrante do projeto Cinturão e Rota, logo, mantém uma próspera relação econômica com a China ao receber vantajosos investimentos chineses na sua economia.

Dessa forma, o posicionamento tailandês busca equilibrar as suas relações diplomáticas e econômicas entre a China e as outras potências do comitê, tendo por objetivos diversificar suas alianças geopolíticas sem prejudicar os benefícios econômicos e manter a estabilidade regional.

República da China (Taiwan)

Localizada no Mar do Sul da China, a República da China mantém uma forte oposição à expansão territorial da República Popular da China na região. Embora ambos os países compartilhem certas reivindicações, em razão de fatores históricos, a abordagem de Taiwan

difere de seu antagônico continental ao rejeitar o uso da força militar e a construção de ilhas artificiais como forma de legitimar seus direitos sobre a área.

Dessa forma, Taipei tem veemente criticado as ações da RPC ao considerar como uma ameaça à estabilidade regional, enquanto defende a resolução de qualquer disputa territorial por meios pacíficos e respeito ao direito internacional. Como um país dependente do comércio marítimo, a política externa defende ainda a cooperação internacional, a liberdade e segurança à navegação no Mar do Sul da China.

República da Coreia

A Coreia do Sul, oficialmente República da Coreia, tem sua política externa alinhada aos princípios do direito internacional, isto é, defende a liberdade e a importância da navegação no Mar do Sul da China. Embora o país não possua nenhuma disputa marítima na região, o governo sul-coreano argumenta que a segurança dessas rotas marítimas é crucial para o comércio internacional, sobretudo para a economia nacional. Além disso, a Coreia do Sul tem criticado as ações agressivas da China na região, como a militarização das ilhas artificiais e o uso de canhões d'água pela guarda costeira contra embarcações filipinas.

Portanto, a política externa da República da Coreia consiste em um equilíbrio geopolítico entre as relações econômicas com a China e a aliança militar com os Estados Unidos, tendo ainda por objetivos a manutenção da estabilidade regional, cooperação e a defesa do direito internacional

República da Indonésia

Embora a República da Indonésia não possua nenhuma reivindicação no Mar do Sul da China, o país tem observado incursões chinesas em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), especificamente perto das ilhas Natuna, gerando assim, tensões diplomáticas entre os dois países. Em resposta, o governo tem reforçado a sua presença militar na região e objetiva fortalecer a capacidade de defesa marítima. Na política externa, a Indonésia dialoga com outros países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) para desenvolver uma resposta conjunta às ações da China, além de promover um código de conduta para regulamentar as atividades na região e reduzir o risco de conflitos. Dessa forma, a República

da Indonésia posiciona-se a favor de uma abordagem multilateral para manter a estabilidade e defender os interesses dos países da região.

República das Filipinas

A República das Filipinas é uma das nações centrais no comitê, com seu posicionamento bastante firme quanto à expansão territorial chinesa no Mar do Sul da China, especialmente na região denominada Mar Ocidental das Filipinas, onde a China reivindica a sua soberania e utiliza de poderosos canhões d'água contra embarcações filipinas que, segundo Pequim, invadem águas chinesas. O governo filipino, por sua vez, reitera o direito à pesca que o país teve historicamente na região e o reconhecimento de sua Zona Econômica Exclusiva pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).

A tensão nas relações entre as duas nações levou as Filipinas a não integrar a iniciativa Cinturão e Rota, procurando, dessa forma, novas opções para manter seu comércio ativo e expandir suas relações na região. Destaca-se ainda a crescente cooperação militar filipina com os Estados Unidos, Austrália e Japão para fortalecer a sua capacidade de defesa e dissuasão contra possíveis agressões chinesas.

Nesse sentido, a República das Filipinas tem sua política externa orientada para a manutenção da sua integridade territorial, utilizando-se de alianças e exercícios militares conjuntos para este fim, enquanto apela à comunidade internacional para apoiar uma resolução pacífica.

República Democrática do Vietnã

A República Democrática do Vietnã é outro país central no comitê. Embora seja membro da iniciativa Cinturão e Rota e mantenha uma relação comercial favorável com a China, o país mantém, historicamente, disputas territoriais com a superpotência chinesa pela soberania das ilhas Paracel e Spratly no Mar do Sul da China. Nesse sentido, o governo vietnamita rejeita veemente as reivindicações chinesas pelo controle da região ao classificá-las como inconsistentes com o direito internacional.

O Vietnã busca ainda fortalecer suas relações com outros países do Sudeste Asiático e com potências globais, como os Estados Unidos e o Japão, para construir uma frente unida contra

o avanço da influência chinesa na região. Portanto, a política externa vietnamita consiste na defesa da liberdade de navegação e sobrevoo do Mar do Sul da China, como também preza pela manutenção da paz para promover o desenvolvimento econômico e a segurança regional.

República de Singapura

Sendo uma cidade-Estado localizada na ponta sul da Península Malaia e no entorno do Mar do Sul da China, a República de Singapura tem sua economia bastante dependente do comércio marítimo e, por isso, reconhece a importância da liberdade e segurança à navegação na região. O país possui ainda laços diplomáticos e econômicos importantes com a China, logo, busca evitar quaisquer conflitos desnecessários, como tomar um lado em disputas territoriais específicas. O posicionamento de Singapura, portanto, enfatiza a necessidade de uma resolução pacífica entre as partes, respeitando o direito internacional, além de fortalecer laços com outras potências regionais e globais.

República do Chile

Como um país da América do Sul, a República do Chile não está envolvida diretamente na disputa pela soberania do Mar do Sul da China, porém, enfatiza o uso do diálogo e do direito internacional como meios pacíficos para resolver o conflito. A relação econômica entre ambos os países representa um papel importante na política externa, visto que o Chile é integrante da iniciativa Cinturão e Rota, com a China sendo um dos parceiros comerciais mais importantes para as exportações de minerais e produtos agrícolas chilenos.

Portanto, a República do Chile busca evitar quaisquer confrontos geopolíticos com a China para salvaguardar os beneficios comerciais e os investimentos chineses no país, enquanto promove o diálogo aberto entre as partes para resolver a problemática do comitê e manter a estabilidade regional. É importante ressaltar ainda que a postura amigável com a China signifique um posicionamento avesso aos Estados Unidos e afastamento total das alianças construídas ao longo de sua história.

República do Peru

Assim como o Chile, a República do Peru não está diretamente envolvida nas disputas territoriais no Mar do Sul da China, nem com a superpotência asiática nem outra nação da região. Economicamente, o governo tem mantido uma relação próxima com a China ao integrar a iniciativa Cinturão e Rota: o Peru é a principal porta de entrada do investimento chinês no continente sul-americano, enquanto a China é um dos principais destinos das exportações peruanas de cobre e ouro.

Dessa forma, a política externa do Peru consiste na defesa de resoluções pacíficas para disputas intergovernamentais e no respeito do direito internacional. Além disso, o Peru possui o interesse de evitar quaisquer conflitos diplomáticos com a China que possam prejudicar a benéfica relação comercial e a entrada de investimentos chineses no país.

República Popular da China

No dado contexto geopolítico, a República Popular da China busca manter seu *status* de superpotência e garantir sua hegemonia econômica no futuro, recuperando assim, a proeminência mundial que o continente asiático, sobretudo a região correspondida atualmente pelo país, possuía até meados do século XIX, quando foi ultrapassado pelas potências ocidentais. Nesse sentido, a política externa do governo orienta-se no "socialismo com características chinesas" para desenvolver a economia e recuperar a liderança da China no cenário mundial.

Iniciado em 1978, o processo de abertura da matriz econômica da China tem como coordenador o planejamento central e apresenta características próprias e alheias à liberalização das economias ocidentais, diferenciando-se das medidas do Conselho de Washington, estabelecido em 1989 para guiar os países do bloco socialista em sua transição para a economia de mercado. Como resultado, a China presenciou um nível de crescimento recorde nos últimos 50 anos, fazendo frente a grandes economias desenvolvidas e criando uma disputa hegemônica com os Estados Unidos.

Dessa forma, utilizando de sua importância para a economia mundial, a política externa tem acentuado nos últimos anos a defesa de suas reivindicações sobre grande parte do Mar do Sul

da China ao território marítimo chinês, somando-se ainda a construção de ilhas artificiais e o aumento da presença militar na região como justificativas para este fim.

Portanto, o posicionamento da República Popular da China quanto ao tema da reunião consiste na defesa firme da soberania chinesa do Mar do Sul da China, tendo em vista sua importância estratégica e econômica, além de promover o desenvolvimento econômico, a expansão de sua esfera de influência na região e ainda preza pelo uso da diplomacia para resolver a problemática do comitê.